



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 123499 - SP (2020/0026477-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : MARCELO MIANO (PRESO)
ADVOGADOS : ANTÔNIO LACERDA DA ROCHA JÚNIOR - SP263334
ALOÍSIO DE TOLEDO CÉSAR - SP021730
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORRÉU : DOMINGOS MARQUES DOS SANTOS
CORRÉU : VALERIANO JOAQUIM DOS SANTOS NETO
CORRÉU : ANTONIA PEINADO PAZ
CORRÉU : AILSON DOS SANTOS

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. QUANTIDADE DE DROGA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO. Recurso em *habeas corpus* prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Marcelo Miano**, impugnando-se o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no HC n. 2207913-54.2019.8.26.0000.

Ocorre que o presente recurso também perdeu o objeto.

Isso porque, de acordo com as informações extraídas do portal eletrônico do Tribunal de origem, nota-se que, em 19/12/2019, foi proferida sentença condenando o recorrente, ou seja, posteriormente ao acórdão aqui vergastado.

A sentença condenatória constitui novo título judicial a motivar a custódia cautelar, razão pela qual prosseguir na análise deste feito implicaria inadmissível supressão de instância. Afinal, o novo decreto não foi ainda submetido à análise da instância originária.

Confira-se o seguinte julgado deste Superior Tribunal:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO

PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. EXAME DO MÉRITO. PARCIAL PREJUÍZO. SÚMULA N. 691 DO STF. SUPERAÇÃO. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. GRAVIDADE ABSTRATA DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA.

1. Havendo sido prolatada sentença condenatória em desfavor de um dos pacientes, ainda que lhe tenha sido vedado o direito de apelar em liberdade, é de se julgar prejudicado o exame do habeas corpus quanto à higidez dos fundamentos invocados originariamente pelo Juízo de primeiro grau para imposição de sua custódia preventiva, para não incorrer em supressão de instância.

[...]

(HC n. 423.213/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 4/6/2018).

De qualquer maneira, o primitivo decreto de prisão não revelava nenhuma ilegalidade aparente, uma vez que baseado em fator real de cautelaridade ante as circunstâncias do crime, a expressiva quantidade de droga (81,1 kg de cocaína) e o risco de reiteração delitiva.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ, **julgo** o recurso em *habeas corpus* **prejudicado**.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator